

## **Chega de saudades**

Glauco Arbix e João De Negri\*

Desde o lançamento pelo governo Lula da Política Industrial, Tecnológica e de Comércio Exterior (PITCE) em 2004 – então a primeira em mais de 25 anos – os esforços do governo se voltaram para acelerar o crescimento e elevar a produtividade. Embora a trajetória não seja linear, e tampouco isenta de escorregões, somente uma dose excessiva de má vontade, somada a uma forte visão ideológica, poderia justificar a superficialidade do debate ao afirmar que é hora de mudar o foco (artigo de Armínio Fraga e Marcos Lisboa, na Folha de 25.05). É bom que se diga, o foco das políticas já mudou. E faz mais de 11 anos.

O último grande salto de produtividade se deu nos anos 70. De lá para cá a economia brasileira – como a esmagadora maioria dos países – patina no seu objetivo de elevar a produtividade da economia. Isso porque não há receita pronta sobre como elevar a produtividade.

É consenso que o investimento em educação, no longo prazo, acumula potencial para acelerar essa elevação. Em 2000, o Brasil destinava 4,7% do seu PIB para educação. Em 2011, chegou a 6,1%. Nenhum país da OCDE teve crescimento desse porte. O Brasil diversificou e ampliou universidades, o ensino técnico e fundamental; criou o Prouni, o Pronatec e o Ciência sem Fronteiras; ampliou a infraestrutura de pesquisa e sofisticou os instrumentos para impulsionar a Ciência, Tecnologia e a Inovação. É preciso mais, claro. Mas não há como negar que a ênfase em educação é muito maior do que nos anos 90, tanto no foco, quanto na qualidade e no volume de investimento.

Como na educação, o governo concentrou energias para aumentar o investimento na economia. A começar pela infraestrutura, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC) e com o Programa de Sustentação do Investimento (PSI), para manter a economia rodando em meio à crise mundial. Em 2011, o governo anunciou o Plano Brasil Maior, com foco no investimento, na produtividade e na diminuição do custo de produção e serviços. Dentre outros benefícios, esta ação do governo abriu caminho para o lançamento do maior plano de tecnologia e inovação da história, o Inova Empresa.

Lançado pela Presidenta Dilma no ano passado, o Plano Inova Empresa teve dotação de R\$ 32,9 bilhões. O resultado foi uma demanda agregada de R\$ 93,4 bilhões, inscrita nos Programas lançados por complexo produtivo (Inova Petro, Inova Saúde, Inova Energia, Inova Sustentabilidade, Inova Telecomunicações, Inova AeroDefesa, Inova Fármacos, além de programas transversais para Tecnologias de Informação, Biotecnologia, Tecnologias Assistivas, Nanotecnologia). O êxito do Inova Empresa mostra que as empresas brasileiras não são viciadas em proteção estatal e desprovidas de ambição para o desenvolvimento tecnológico.

O fato é que as políticas públicas atuais têm foco, prioridades e subsídios. Sem isso não é possível apoiar atividades de maior risco tecnológico e conseqüentemente a criação de milhares de empregos que ajudam a diferenciar o Brasil da esmagadora maioria dos países. Não teríamos o BNDES nem tampouco a Finep de hoje, reinventada a partir de decisões da própria Presidenta. Ao assumir plenamente seu papel como Agência Nacional da Inovação, a Finep viu crescer seus recursos em 7 vezes desde 2011, tornando-se uma instituição financeira eficiente (que analisa projetos em até 30 dias), capaz de alocar em Tecnologia e Inovação cerca de R\$ 10 bilhões por ano.

Todos sabem que Inovação é peça-chave para a elevação da produtividade. A crítica genérica aos subsídios sugere que o Brasil pode avançar para áreas de maior densidade tecnológica sem a cooperação entre capital privado e público, com base em financiamento subsidiado de longo prazo. Não pode. Essa ilusão esteve na raiz de nossa estagnação desde os anos 80 a 2003.

Atividades que envolvem risco tecnológico não florescem sem forte apoio público, sem subsídios, subvenções e estímulos de toda ordem.

Para viabilizar um salto de qualidade na competitividade da economia é preciso unir empresas, universidades, centros de pesquisa, órgãos de governo de modo a calibrar o foco das políticas industriais e priorizar cada vez mais as áreas intensivas em tecnologia. Falhas de mercado e distorções estruturais são corrigidas com políticas públicas. Este é o caminho que já vem sendo percorrido. E que não pode ser abandonado por uma oposição falsa entre políticas setoriais e o incentivo horizontal para toda a economia. As políticas industriais de hoje são avançadas, abertas, modernas. Não asfixiam, mas incentivam a competição.

As sugestões de Fraga-e-Lisboa, além de imprecisas e genéricas, acenam para o uso de políticas que já não deram certo. A proposta de focalizar a produtividade (como se fosse novidade) sem subsídios e sem a cooperação entre capital privado e público, com instrumentos e regras adequadas, não consegue fechar a equação da competitividade a ser sustentada pela inovação tecnológica.

Visões desse tipo são simplificadoras. Retomam um debate que parecia superado, agora travestido de ingerência governamental indevida na economia. Talvez queiram recuperar a clareza meridiana do ex-ministro Pedro Malan, para quem a melhor política industrial era não ter política industrial. Ignoram iniciativas como a Mobilização Empresarial pela Inovação, o Movimento Brasil Competitivo, assim como os esforços da CNI e do governo para formular incessantemente políticas de inovação, cujo eixo é a elevação da produtividade. Mais, ignoram o esforço do setor produtivo que aumentou o número de pós-graduados em P&D nas empresas de 2.953 em 2000 para 5632 em 2011; que ampliou o investimento em P&D das empresas de R\$ 3,7 bi em 2000 para R\$ 14,7 bi em 2011 e com isso, aumentou o investimento em P&D como proporção da receita de 0,62% em 2008 para 0,71% em 2011.

As mudanças no Brasil foram profundas. E se deram contra algumas políticas de triste memória que hoje são reapresentadas como se fossem novidade. Não são.

O país tem muito que consertar, é certo. Mas tem rumo, democracia e capacidade para integrar suas políticas, melhorar o ambiente de investimento, diminuir a burocracia, facilitar o empreendedorismo e caminhar ainda mais para melhorar a dinâmica das nossas empresas, a qualidade dos nossos empregos e dar vida decente à população.

\*Presidente da Finep, Secretário Executivo do MCTI